

## **Resistência(as) contra a Mineração no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro na Zona da Mata de Minas Gerais (2000-2018)**

Mining resistance nearby Parque Estadual da Serra do Brigadeiro in Zona da Mata of Minas Gerais (2000-2018)

Resistencia contra la Minería en los alrededores del Parque Estatal Serra do Brigadeiro en la Zona da Mata de Minas Gerais (2000-2018)

**Fabiane Aparecida Silva Bortone da Fonseca**

Universidade Federal de Viçosa

[fabiane.bortone@ufv.br](mailto:fabiane.bortone@ufv.br)

**Marcelo Leles Romarco de Oliveira**

Universidade Federal de Viçosa

[marcelo.romarco@ufv.br](mailto:marcelo.romarco@ufv.br)

### **Resumo**

Nas últimas décadas no Brasil ocorreram mudanças nas estratégias de desenvolvimento econômico identificadas por uma nova frente de investimentos em grandes projetos de infraestrutura, com foco na inserção internacional do mercado mundial. Isso só foi possível por meio de pacotes de investimentos entre grandes empresas internas e, principalmente, externas com o governo federal, contudo, tais projetos têm maximizado os conflitos ambientais resultantes dos grandes impactos ambientais e sociais desses empreendimentos. Embalados nessa perspectiva e acreditando na capacidade de, não desconsiderar a importância de tais projetos, este texto tem como objetivo apresentar os processos de resistência que permeiam o espaço geográfico do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Zona da Mata de Minas Gerais, e que culminaram na formação e constituição de frentes de enfrentamento contrárias a esses empreendimentos, que transformam os territórios sob a lógica do grande capital, e desconsideram os modelos tradicionais de desenvolvimento. Tais resistências serão reveladas a partir de suas perspectivas locais e, posteriormente, enquanto estratégia de resistência regional compondo assim o discurso nacional que unirá a constituição de um movimento mais amplo - Movimento pela Soberania Popular por Mineração – MAM. Para tanto foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa descritiva-bibliográfica que possibilitaram, como resultado, a construção espaço-temporal das ações que configuraram na formação nacional do movimento pela mineração na Zona da Mata de MG.

**Palavras-chave:** Conflitos Socioambientais, Justiça Ambiental, Movimentos Sociais

### **Abstract**

On the last decades in Brazil, some changes occurred on the economic development strategies identified by a new front of investments in large infrastructure projects, with focus on the international insertion of world market. This was only possible due to investment packages among big national companies and, foreign companies with the federal government, however, such projects have maximized environmental conflicts generated by huge environmental and social impacts of these ventures. Motivated by this perspective and believing on the capacity of, not disregarding the importance of such projects, this text aims to present resistance processes which permeate geographic space around Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Zona da Mata in Minas Gerais

and, that culminated on the formation and constitution of opposed facing fronts towards these ventures, which transformed the territories under the logic of big capital and disregarding traditional development models. Such resistances will be revealed from its local perspectives and, subsequently, as a strategy of regional resistance composing national speech which will unite the constitution of a wider movement – Movimento pela Soberania Popular por Mineração – MAM. To do so, a descriptive-bibliographical research was used as methodological procedures which made possible, as a result, the time-space construction of actions that configured in the national formation the movement for mining in Zona da Mata of Minas Gerais.

**Keywords:** Socio-environmental conflicts, Environmental Justice, Social Movements

### **Resumen**

En las últimas décadas en Brasil se han producido cambios en las estrategias de desarrollo económico identificadas por un nuevo frente de inversiones en grandes proyectos de infraestructura, con foco en la inserción internacional del mercado mundial. Esto sólo fue posible a través de paquetes de inversiones entre grandes empresas internas y, principalmente, externas con el gobierno federal, sin embargo, tales proyectos han maximizado los conflictos ambientales resultantes de los grandes impactos ambientales y sociales de esos emprendimientos. En esta perspectiva y creyendo en la capacidad de, no desconsiderar la importancia de tales proyectos, este texto tiene como objetivo presentar los procesos de resistencia que permean el espacio geográfico del entorno del Parque Estadual de la Serra do Brigadeiro, Zona de la Mata de Minas Gerais, y que culminaron en la formación y constitución de frentes de enfrentamiento contrarios a esos emprendimientos, que transforman los territorios bajo la lógica del gran capital, y desconsideran los modelos tradicionales de desarrollo. Tales resistencias serán reveladas a partir de sus perspectivas locales y, posteriormente, como estrategia de resistencia regional componiendo así el discurso nacional que unirá la constitución de un movimiento más amplio - Movimento por la Soberanía Popular por Minería - MAM. Para ello se utilizaron como procedimientos metodológicos la investigación descriptiva-bibliográfica que posibilitar, como resultado, la construcción espacio-temporal de las acciones que configuraron en la formación nacional del movimiento por la minería en la Zona de la Mata de MG.

**Palabras clave:** Conflictos Socioambientales, Justicia Ambiental, Movimientos Sociales

### **Introdução**

O estado de Minas Gerais, desde o início do novo milênio, está diante de um panorama marcado pela crescente presença de grandes empresas nacionais e transnacionais, com forte apoio institucional e financiamento do Estado, articulado nas diferentes esferas do governo. Este cenário está permitindo a realização de grandes projetos de investimentos, mediante o que na esfera estatal é designado como a lógica da criação de novos polos de desenvolvimento articulados entre si, envolvendo empreendimentos industriais, agroindustriais e obras de infraestrutura e logística.

Essa lógica se espalha, por exemplo, por meio da construção das hidroelétricas, empreendimentos que subsidiam, principalmente, os projetos de extração mineral, muitos deles construídos ou projetados para o estado de Minas Gerais, considerado a caixa d'água do País e o berço do minério. Estes empreendimentos são explicados pelo contexto da modernização capitalista

e trazem no seu discurso as ideias de crescimento urbano e de desenvolvimento econômico e social, os quais irão trazer benefícios e modernidades para o local de implantação e região. Contudo, o que se vê é o aprofundamento de um modelo de desenvolvimento intensivo em capital e energia que gera poucos retornos a comunidade local e regional e promove forte degradação ambiental, social e cultural.

No Brasil, o desenvolvimento econômico a partir da implantação de grandes empreendimentos se tornou ainda mais possível após o Programa de Aceleração do Crescimento<sup>1</sup> (PAC), um programa desenvolvimentista de corte eminentemente econômico, que reflete direta e exclusivamente os interesses do capital (MALDOS, 2007). Frente a uma era de fomento à internacionalização da economia brasileira no mercado global intensifica-se a necessidade do progresso técnico e de novas técnicas de produção, viabilizadas sobretudo, com o financiamento e apoio do Estado. Dessa forma, o que se vê é o direcionamento da economia para a exportação de *commodities* que culmina na necessidade de uma nova espacialização das estruturas produtivas do país que deixa como consequência interna pesados impactos ambientais, criando um cenário de vulnerabilidades e de injustiça social – multiplicando os impactos e os conflitos tanto ambientais quanto sociais, remetendo à resistência a carga de danos imputada às populações consideradas de menor renda e também aos grupos étnicos.

Esses projetos são concebidos a partir da percepção do espaço de forma abstrata e a serviços da economia global e entram em conflito com os modos de vida das comunidades locais, que têm no território o sentido do pertencimento e de suas identidades, assim como base para a sua reprodução social. Para Henriques e Porto (2014), esse modelo de desenvolvimento brasileiro, levado a cabo por grupos hegemônicos e chancelado pela necessidade de produção e crescimento, pauta-se na transformação dos territórios em mercados cujas características são o avanço da apropriação privada em processos ambientalmente deletérios e ávidos por recursos naturais. Embalados nessa perspectiva e acreditando na capacidade de não desconsiderar a importância de tais projetos propomos à discussão os estudos de Martinez-Alier (2007) o qual enfatiza que, em nações em vias de industrialização ou periféricas, as iniciativas modernizantes que fomentam a ideia de crescimento econômico trazem consigo a condição de aumento das desigualdades sociais.

Nesse cenário, o espaço, que pode ter distintos usos - servir de recurso econômico para empresas e também de substrato material com significação simbólico-cultural de comunidades

---

<sup>1</sup> Lançado em janeiro de 2007, o PAC é um programa do governo federal do Brasil que pretende, por meio de diversos investimentos durante quatro anos, acelerar o crescimento econômico do país. Para tanto, concentra suas ações no setor de infraestrutura. Em março de 2010 foi lançado o PAC 2. Os empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento podem ser consultados na íntegra em <http://www.pac.gov.br/i/b8>.

locais, passa a ser objeto de contestação e conflitos. Assim, ao invés de trazer à tona aspectos técnicos da “adequação ambiental” (ZHOURI, et. al., 2005), o conceito de conflitos socioambientais procura evidenciar os focos de tensão entre distintos projetos de desenvolvimento para o território brasileiro.

O conceito de conflitos socioambientais<sup>2</sup> tem mostrado a manifestação crescente de um dissenso que transborda o sentido pretensamente universal atribuído ao meio ambiente, isto é, como recurso a serviços da economia. Essa noção entende que é preciso considerar a dimensão cultural das sociedades para o entendimento da natureza, pois o meio ambiente possui significados construídos a partir de sociabilidades e modos de vida diferenciados, e está longe de ser apenas fonte material para extração da mais valia. Para tanto, utilizamos a noção de impacto socioambiental conforme proposto por Passini *et al* (2013), para salientar a presença social como aspecto fundamental intrínseco à complexidade do meio ambiente. Para estes autores o entendimento deve considerar que estes impactos abarcam o local como um todo, pois é a partir da relação entre as dimensões física e social que estes impactos se localizam no espaço.

Já Acsehrad (2004) é um autor que embasa essa proposição no Brasil. Ao discutir a natureza dos conflitos ambientais, ele argumenta que o espaço é um recurso comum, porém exposto a distintos projetos e formas de apropriação material e simbólica pelos diferentes grupos.

Zhour e Laschefski (2010) corroboram com Acsehrad, ou seja, esses autores dissertam que os conflitos ambientais aparecem em função das estratégias de desenvolvimento de crescimento econômico, preponderantes hoje no país. Estas ações tomaram um direcionamento com foco no discurso sustentável a partir da preocupação com as gerações futuras o que desencadeou toda uma dinâmica no sentido de implementação de sistemas regulatórios e institucionais para a utilização, ainda que “racional”, dos recursos naturais em confronto com outras racionalidades de usos do território.

O cenário apresentado reascende o debate entre o conflito e o consenso em busca da conscientização pública quanto às questões ambientais. Tal temática é abordada por Viegas (2009), o qual aponta que em graus diversos de integração e institucionalização, os conflitos fazem parte de um movimento ambientalista, dentro do qual, supostamente, todos convergem para uma indispensável necessidade de (re) pensar as relações entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

---

<sup>2</sup> Alguns autores como Acsehrad (2004, 2010) utilizam o termo conflito ambiental e outros como Little (2004, 2006) optam pelo termo conflito socioambiental. No entanto, podemos considerar os conceitos como próximos, tendo a noção socioambiental o intuito de enfatizar a análise integrada das dimensões biofísica e social no que tange ao ambiente e seus conflitos (PASSINI et al, 2013)

Baseado nas experiências de pesquisa envolvendo processos de resistência a grandes projetos de desenvolvimento econômico este texto tem por objetivos focar a experiência do conflito em torno do Parque Estadual da Serra Brigadeiro-PESB e o processo de expansão da mineração pela empresa Votorantim Metais - CBA, apresentando os processos desencadeados no local até a participação em um movimento mais amplo: Movimento pela Soberania Popular por Mineração no Brasil, MAM. Ênfase será dada inicialmente ao contexto histórico de luta da população rural que vive no entorno do PESB e que no passado experienciaram o enfrentamento para alteração das regras impostas para constituição do parque enquanto Unidade de Conservação Estadual – UC's para, num segundo momento, apresentar o processo de resistência à mineração que caminhou de uma luta local a um movimento regional e, posteriormente, se uniu à discussão nacional.

Os significados produzidos e articulados neste texto refletem o embate de duas racionalidades em confronto: de um lado, a população que vive no entorno do PESB e que resguardam no lugar os seus modos e condições de vida, as regras de uso e de compartilhamento dos recursos naturais; enquanto de outro lado, o Setor Mineral, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valorização monetária.

Interessa-nos, neste momento, registrar como a ação coletiva local ampliou suas estratégias de resistência e seu discurso político e espacial a um contexto regional, direcionando *a priori* para os atingidos pela mineração na região da Zona da Mata de MG, especificamente, os atingidos pela Votorantim Metais – CBA, que residem no entorno do PESB e vivem a expectativa da expansão da mineração na região, à luta regional remeteremos a junção de forças junto à “Campanha pelas Águas e Contra o mineroduto da *Ferrous*” (Campanha pelas Águas de Viçosa), que surgiu também na Região da Zona da Mata mineira no ano de 2011, vivida na cidade de Viçosa e região, e que logrou vitória inédita contra a implantação de um mineroduto se tornando referência no enfrentamento à mineração. Tais lutas somadas colocaram a realidade da Zona da Mata Mineira no cenário nacional de discussão à resistência a atividade mineral culminando na participação na ação de âmbito nacional que revelaram as lutas contra a mineração no país no país com o Movimento dos Atingidos pela Mineração, no ano de 2013.

## **Metodologia**

Este trabalho teve como proposta descrever, a partir de registros documentais de reuniões do movimento dos atingidos, de artigos, teses e livros já publicados sobre as realidades vividas pelas famílias atingidas pela mineração na Zona da Mata de MG, as ações espaço-temporal que levaram a

constituição de um movimento local contra a mineração no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, na região da Zona da Mata de Minas Gerais e, apresentar como a junção de dessa luta à outras que fomentavam na região da Zona da Mata de Minas Gerais culminaram na formação de um movimento regional que, posteriormente, possibilitaria a participação deste ao movimento nacional pela soberania popular e contra a mineração no Brasil – MAM.

Nesse sentido preocupou-se em, conforme propõe Andrade (2002) observar os fatos, registrá-los, analisá-los e interpretá-los sem que haja a interferência do pesquisador. O intuito é colocar o pesquisador em contato com o que foi produzido sobre determinado assunto (LAKATOS E MARCONI, 1996). De acordo com Gil (1999, p. 71), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Por fim, a documentação selecionada foi separada respeitando as ações conforme o tempo e espaço concebido para que pudesse construir uma cronologia que respeitasse a história de vida da localidade e as suas lutas locais buscando revelar como elas foram capazes de unir diversos grupos em prol de um propósito maior que resultou na participação do movimento regional na reunião em Brasília para a formação do MAM.

### **O Parque, os conflitos e a mineração na região da Zona da Mata de Minas Gerais à formação do MAM**

Entre as décadas de 1950 e 1980 a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), pertencente ao grupo Votorantim, promoveu uma série de pesquisas minerais e estudos em todo o país a fim de encontrar novas reservas de bauxita para aumentar sua produção. Mais especificamente na década de 1980, a empresa intensificou suas pesquisas na região da Zona da Mata do estado de Minas Gerais, numa faixa de terra entre os municípios de São João Nepomuceno e Fervedouro. Esse trabalho indicou que aquela região possuía uma das maiores reservas de bauxita do país e que se concentravam principalmente nos municípios de Itamarati de Minas e Miraí.

Em 1987, a CBA iniciou a construção de uma unidade de extração mineral no município de Itamarati de Minas com o objetivo de atender a crescente demanda de bauxita do mercado interno. Durante toda a década de 1990 esta era a única unidade da CBA na Zona da Mata mineira. Porém, em meados da década de 2000, a empresa ampliou suas unidades de produção através da incorporação de áreas e plantas industriais da Mineração Rio Pomba, pertencentes às Indústrias Químicas de Cataguases, localizadas no município de Miraí (CBA, 2016).

A partir de então novas pesquisas minerárias foram realizadas na região e importantes jazidas de bauxita foram descobertas fazendo com que a região ficasse conhecida como o “veio da

bauxita de Minas Gerais”, pois se tratava de segunda maior reserva desse minério no país. Essa descoberta levou a empresa a solicitar nova autorização de lavra aos órgãos ambientais para expandir suas operações para outros municípios, mais especificamente para Muriaé e Miradouro, conforme pode ser visto na transcrição da autorização de concessão de lavra abaixo:

O SECRETÁRIO DE MINAS E METALURGIA DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 19, de 28 de janeiro de 2003, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do processo DNPM nº 830637/1980, resolve:

Art. 1º Outorgar à COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA, concessão para lavar BAUXITA nos Municípios de Miradouro e Muriaé, Estado de Minas Gerais, numa área de 500,00ha ... (DOU, 2003: p.67).

Entretanto, as atividades minerais da CBA não estavam, e até hoje não estão direcionadas para um vazio demográfico, muito pelo contrário, o espaço em questão é caracterizado pela forte organização social, principalmente no que diz respeito à manutenção e conservação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e pela grande presença de agricultores familiares. Esse cenário contribuiu para que houvesse vários conflitos socioambientais entre as comunidades rurais dos municípios alvos da expansão da mineração.

A Zona da Mata Mineira é tradicionalmente ocupada por agricultores de base familiar tendo em algumas regiões agricultores que praticam uma agricultura focada em princípios agroecológicos como norte de suas atividades. A região possui uma das mais importantes UC's Estadual de Minas Gerais criada pelo decreto estadual nº 38.319/96 que instaurou o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) (SILVA, 2012) - primeira UC criada de forma participativa no país<sup>3</sup>. As conquistas levaram ao surgimento no local do Território de Desenvolvimento Rural da Serra do Brigadeiro (TSB), homologado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que faz parte do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentáveis de Territórios Rurais (PRONAT). O TSB tem como principais elementos de identidade os aspectos ambientais, econômicos e culturais que permearam o processo de criação e implantação do parque. Assim, desde a criação do TSB, em 2003, agricultores, extensionistas rurais, pesquisadores e diversos outros profissionais ligados a instituições públicas de pesquisa e extensão rural da Zona da Mata Mineira têm debatido estratégias de desenvolvimento

---

<sup>3</sup> O processo participativo teve início após as famílias rurais residentes no entorno do PESB rejeitarem a estimativa de cota de 1000m de altitude de abrangência alegando a existência de laços de pertencimento com o lugar, perdas culturais e de suas práticas agrícolas de base familiar. A proposta do parque se insere nas discussões acerca da conservação das reservas naturais conforme propõe Diegues (2010) em “O Mito da Natureza Intocada”.



sustentável para o entorno do PESB. Nesse contexto, foram definidos os seguintes eixos estratégicos para alavancar o desenvolvimento no TSB: i) diversificação produtiva da agricultura familiar; ii) agroindústria familiar e artesanato; iii) preservação e recuperação do meio ambiente; e iv) turismo rural e cultural (MDA, 2006). Tais ações contemplam aproximadamente 15 mil agricultores familiares na região, distribuídos entre os seguintes municípios que fazem parte do entorno do PESB: Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita (Figura 1).



Figura 01. Municípios que fazem divisa com o PESB  
Fonte: CEDEF (2014) citado por Silva (2017).

Paralelamente a este cenário, de diferentes projetos de ordenamento territorial com foco na preservação e na manutenção dos modos de vida da população local, que tem se dado os inúmeros conflitos socioambientais de diferentes usos e apropriações do espaço geográfico onde, de um lado,



tem-se a CBA e, por outro lado, agricultores familiares, movimentos sociais e ONG's que buscam manter as propostas de desenvolvimento rural.

As trajetórias históricas locais das atividades minerais nessa região são marcadas pelo discurso do desenvolvimento, construindo assim expectativas de que, em decorrência do atendimento as demandas globais pelas mercadorias minerais, abrir-se-ia a possibilidade para o estabelecimento de processos impulsionadores do desenvolvimento regional. Entretanto, a realidade local construída no entorno do PESB com o TSB revela que além das contradições clássicas entre os diferentes interesses dos atores envolvidos no processo (empreendedores e atingidos) há uma realidade impar frente ao empreendimento, os processos locais de resistência e mobilização coletiva.

A partir de leituras realizadas, observa-se que o processo de mobilização para reverter determinadas condições para a criação do parque foi impulsionador para o movimento que irá se opor à expansão da mineração, e este surge não apenas em função da preservação da natureza, mas sim no interesse da natureza como fonte de recursos para autoconsumo, não em razão das futuras gerações de humanos, como prevê as teorias de desenvolvimento sustentável (MARTINEZ-ALIER, 2007) mas, em prol dos humanos de hoje.

Considerando então não a distribuição econômica, mas sim a distribuição ecológica, Martinez-Alier (2007, p.53) argumenta que,

Não deve ser tomada nenhuma decisão sobre produção enquanto não existir acordos sobre como os recursos naturais serão apropriados e como serão destinados os impactos, pois, a medida que se expande na escala da economia, mais impactos são gerados, mais os sistemas naturais são comprometidos, mais se deterioram os direitos humanos, mais os conhecimentos tradicionais são perdidos, mais a biodiversidade é reduzida.

Entretanto, este não é o propósito da empresa. Frente às possibilidades de aumentar a extração local, a CBA, no início do ano 2000, inicia suas novas investidas para pesquisa mineral na região, sem o conhecimento dos agricultores. Àquela época pouca informação era direcionada à extração mineral e seu impacto, diante disso a empresa atuava sem qualquer impedimento local. Somente nos anos de 2002 e 2003, através de um trabalho informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Miradouro, é que a população toma conhecimento efetivo dos planos de mineração para a região e começa a se organizar para demandar mais informações técnicas dos órgãos ambientais municipais e do estado de Minas Gerais.

A audiência pública sobre o empreendimento aconteceu no ano de 2003. Momento em que os agricultores descobriram a real situação referente aos planos de expansão da mineração na região e, a partir daí, iniciam uma intensa mobilização contrária às ações da CBA. Nasce assim o

movimento contra a extração mineral na região com a criação da Comissão Regional dos Atingidos e Ameaçados por Mineração da Zona da Mata Mineira (CRAM).

Observa-se que, assim como ocorrido quando da implementação do Parque, a participação dos atingidos é prevista em um momento na qual algumas decisões já se encontram em processo de definição. O objetivo da audiência era de informar a população sobre o processo de expansão da mineração no entorno do Parque, entretanto, vários depoimentos citados em Silva (2012) relatam o desconhecimento da população com relação à audiência. Segundo Iracambi (2011) naquele momento a empresa já possuía licenças iniciais para uma área de 75 mil hectares (...) sendo alguns destes situados na Zona de Amortecimento do PESB.

Frente à realidade instaura-se um clima de tensão e desconfiança daqueles que terão suas vidas, novamente, interferidas por um processo de decisão o qual não são chamados a opinar, reforçando cada vez mais a necessidade de se (re)fazerem enquanto proativos ao movimento de resistência local. Vale destacar que, segundo Silva (2012) se for analisar as propostas de criação do PESB e a mineração é possível afirmar que, no que concerne às famílias, ambas as propostas, ainda que com projetos de territorialidades distintas para o mesmo recorte espacial, revelam potenciais de conflito com relação à apropriação simbólica. Tais projetos negligenciaram o território existente das famílias rurais da região, tornando-as numa condição de subalternidade. Dessa forma, a luta das famílias locais, mais uma vez, se concentra na resistência em defesa do seu território, material e simbólico.

A força de resistência das famílias fica ainda mais forte após três rompimentos de barragens de rejeitos de minério de bauxita na região, nos anos de 2006, 2007 e 2009<sup>4</sup>. A partir de então houve “ações diretas” (ACSERALD, 2009) mais intensas direcionadas ao enfrentamento da mineração através de ocupações de rodovias federais e do escritório da CBA, além da realização de uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 2010 na cidade de Belo Horizonte, junto com o Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) para debater ações emergenciais para conter os impactos socioambientais dos rompimentos de barragens.

---

4 No ano de 2006, houve o primeiro rompimento da barragem da mineradora Rio Pomba Cataguases que provocou interrupção na captação de água. Cerca de 400 milhões de litros de lama de argila misturada com óxido de ferro e sulfato de alumínio vazaram para o Rio Fubá, que deságua no Rio Muriaé, um dos afluentes do Paraíba do Sul (BALBI, 2007). A mancha de lama causou a morte de muitos peixes e inutilizou áreas agricultáveis e de pastagens. Em janeiro de 2007 acontece o segundo acidente com o rompimento da Barragem de São Francisco, na Zona Rural da cidade de Miraf. Cerca de 2 milhões de m<sup>3</sup> de lama, contendo água e argila, vazaram (SÁ, 2007), invadindo as cidades de Miraf e Muriaé, chegando aos rios Fubá e Muriaé, atingindo, assim, outras cidades mineiras e fluminenses (G1, 2007). Em 2009, as barragens de lignina de Cataguases quase romperam novamente, o que poderia ter jogado de uma vez 1,4 bilhão de litros de rejeitos no Paraíba do Sul, causando prejuízos ainda maiores que o ocorrido em 2003 quando rejeitos industriais espalharam 900 mil metros cúbicos de um licor negro - material orgânico constituído basicamente de lignina e sódio - na Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul. Essa situação considerada emergencial levou à liberação controlada de efluentes sem tratamento no rio para esvaziar as duas represas, operação concluída em agosto de 2012. (<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=107>)

Para Acserald (2009) movimentos como estes constituem como lutas por justiça ambiental, ou seja, uma potente forma de dar visibilidade aos atingidos e criar resistência organizada que se revela contra os efeitos perversos da mobilidade espacial do capital que se espalha nos países em desenvolvimento principalmente em áreas mais pobres e com menos resistência.

Depois desses episódios trágicos, os agricultores ameaçados pela atividade minerária na Zona da Mata intensificam a mobilização social e política contrária à mineração, realizando levantamento socioeconômico dos atingidos e manifestações contra a construção de novas barragens de rejeito no entorno do PESB. A priori, o que se observa é uma forte articulação de contestação e resistência ao setor mineral institucionalizada a partir da CRAM que resultaram na organização de entidades (CPT, Cáritas, STR'S de Muriaé, Miradouro, Iracambi, CTA-ZM, Grupo AMA (SILVA, 2012)) que passaram a discutir o que é a mineração e quais os impactos. O objetivo das ações era reunir, informar e munir os atingidos de subsídios. De forma intensa as reuniões aconteceram entre os anos de 2003 a 2007 e perderam força entre 2008 e 2009, quando a CBA diminui as investidas nas localidades. Em 2010 o tema a respeito da mineração volta à cena com o surgimento da parceria entre a CBA e o GAIA<sup>5</sup> com o propósito de elaborar, a partir de um diagnóstico socioambiental, o projeto Ecos da Mata<sup>6</sup>.

Nesse contexto em 2011, a CRAM, por meio da retomada das reuniões, constrói uma organização política regional mais ampla para combater o avanço da mineração, qual seja o Fórum Permanente em Defesa da Vida e do Meio Ambiente, cujo objetivo é construir ações políticas para impedir novas investidas da CBA no TSB como um todo.

Para este grupo, o discurso utilizado é de que o meio ambiente deve ser preservado e defendem a legitimidade de uma intervenção, com base na ideia de preservação de um patrimônio natural como o PESB. Observa-se que o que esta em jogo, vai muito além da preservação do patrimônio natural de uso restrito (DIEGUES, 2001), desenhado a partir das falas a respeito das nascentes, da fauna e flora, mais também com relação às formas de apropriação dos territórios, as construções simbólicas da diversidade de sujeitos que constituem o espaço.

É importante chamar a atenção para uma disputa de poder no campo das representações, conforme trata Viegas (2009: 151), “uma luta classificatória que, sobretudo, ao colocar a questão

---

<sup>5</sup> O Grupo de Aplicação Interdisciplinar à Aprendizagem – GAIA é uma organização não governamental, sediada em Campinas – SP. Em meados de 2010 – 2011 realizaram trabalhos com a CBA promovendo reuniões nas comunidades rurais, realização de oficinas nas áreas de atuação da Votorantim Metais/ CBA, realização do Diagnóstico Socioambiental, do Fórum de Desenvolvimento Regional e Sustentável e outras ações de conscientização ambiental e educação ambiental nas escolas.

<sup>6</sup> Com base no Diagnóstico Socioambiental, realizado pelo GAIA, foi concebido o programa Ecos da Mata e executado por esta mesma ONG, entre os anos de 2011 – 2012. No âmbito do programa foram criados: Fórum de Desenvolvimento Regional e Sustentável, Capacitação de Gestores Públicos, Cultura da Cooperação na Cadeia de Transportes e Turismo Rural e Ecológico Comunitário (Cartilha Ecos da Mata, 2011, citado por SILVA, 2012).

em torno do porquê e do para quem deve ser o ‘meio ambiente’ preservado, redimensiona significações, desvela mecanismos e instrumentos e, ainda introduz uma lógica de apropriação e acesso a recursos, bem como de arranjos de poder”.

Assim, se, por um lado, a empresa mineradora vem tentando ganhar espaço para negociações e viabilizar caminho para a expansão do seu empreendimento na região, por outro lado, agricultores familiares, poderes públicos e demais organizações sociais constroem ações coletivas de resistência objetivando a permanência na terra e a reafirmação de um projeto de desenvolvimento rural sustentável baseado na agricultura, na conservação dos solos e dos recursos hídricos do entorno do PESB. Ou seja, são duas representações sociais distintas de ordenamento territorial e que entram em confronto, o que acaba gerando conflitos socioambientais na região.

Nessa busca por respostas a respeito do uso e apropriação do espaço e da natureza nele contida que o movimento de resistência ganha força para além das lutas locais. Até aqui as ações de resistência focaram nas lutas e propósitos com relação a um empreendimento específico: da expansão da mineração no entorno do PESB, contudo outra luta se formava também na região da Zona da Mata Mineira, denominada “Campanha pelas águas”<sup>7</sup> no município de Viçosa-MG, a partir da resistência contra a implantação do mineroduto da *Ferrous*. Magno (2017) ressalta que, a união de forças de resistência, ainda que com enfrentamentos contra diferentes projetos minerais, deixa de ser baseada na ideia de território-zona, quando defende apenas os interesses de cunho local, ou seja, a preservação da natureza e dos modos de vida da população local do entorno do PESB ou, os recursos hídricos e direitos dos atingidos em Viçosa; para ancorar-se na ideia de território-rede, a partir do enfrentamento contra a atividade mineral e seus impactos regionais. Com isso, “a ideia de rede, entendida como um componente territorial passou a ser mobilizada estrategicamente pela ação política em processo de expansão” (MAGNO, 2017, pag. 214).

A realidade aqui apresentada tinha como desafio repensar a forma de atuação com relação às resistências. Diante desse desafio surge uma nova comissão de enfrentamento que, a partir de 2012, passa a atuar em rede, formando cadeias de equivalência com outros atores/movimentos sociais que debatiam a questão mineral no estado de Minas Gerais e no país de maneira geral (MAGNO et al, 2017). Cita-se para além dos movimentos a participação do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e o Centro de Análise Socioambiental (CASA) do Instituto Federal Sudeste MG/Campus Muriaé, Projeto de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens e Mineração (PACAB), a Igreja Católica e as escolas rurais.

---

7 Trata-se de uma articulação coletiva discursiva contrária à instalação de um empreendimento minerário, a construção de um mineroduto, entre os municípios de Congonhas (MG) e Presidente Kennedy (ES), passando pela Zona da Mata Mineira. Para mais detalhes consultar Magno (2017).

A partir da junção entre estes atores surge o I Encontro de Redes de Articulação e Resistência à Mineração na Zona da Mata Mineira, em 2012. O encontro teve como objetivo fazer o intercâmbio entre os territórios atingidos por empreendimentos minerários e resgatar as ações de resistência, bem como, articular o discurso sobre os impactos e contra a mineração na Zona da Mata Mineira. Desse encontro modificou-se toda a constituição de espaço de luta e identidade política tanto da Campanha pelas Águas quanto da CRAM, uma vez que,

Ao invés de encaminharem ações particulares contra determinado empreendimento mineral de forma localizada, seja em Viçosa, seja no entorno do PESB, o que se viu foi o reconhecimento de uma opressão comum envolvendo o setor mineral. Então, não mais estava em discussão o atingido por mineroduto ou pela mineração de bauxita, mas o “atingido por mineração” de forma geral, ampliando o entendimento sobre essa categoria social e sobre os espaços de debates que ela poderia se inserir. (MAGNO, 2017, p. 219).

Motivados pelas tragédias apresentadas que resultaram em impactos significativos na vida dos atingidos pelas atividades minerárias que as famílias moradoras no entorno do PESB retomaram as ações de organização e enfrentamento às investidas na CBA nos municípios-alvo da expansão minerária, principalmente em Rosário de Limeira e Muriaé (distrito de Belizário). Várias reuniões, assembleias e manifestações foram a partir do ano de 2015, e tem sido organizadas pela CRAM para mobilizar a região do posicionamento dos moradores locais contra a mineração. Para além de apresentar respostas aos questionamentos da comunidade as Assembleias Populares – AP’s, como foram chamadas, tiveram como objetivo dar visibilidade às insatisfações da população com relação à vinda de empreendimentos minerários. Foram por meio destas reuniões que os atingidos tiveram conhecimento de outras organizações sociais de enfrentamento, e a partir de então estabeleceram novas estratégias de enfrentamento e formação política definindo como palavras chaves de ordem: “Mineração? Aqui não? (MAGNO et al, 2017).

Nos anos que se seguiram, 2016 e 2017, as ações se intensificaram e novamente contaram com o apoio de várias entidades e instituições que mais uma vez se posicionaram a favor dos modos de vida das famílias atingidas e da manutenção da reserva natural preservada, ou seja, à agroecologia e ao turismo local. Das ações organizadas destaca-se uma manifestação pública organizada no distrito de Belizário (Figura 2), município de Muriaé, que contou com a participação de atingidos pelo mineroduto de Viçosa, estudantes e membros de organizações sociais de Muriaé, Rosário de Limeira e Miradouro. O objetivo era levar a informação a população que como um todo será atingida pela expansão da CBA, informações que revelam tanto a violação dos direitos individuais como os a saber dos impactos ambientais e sociais resultantes da expansão minerária. A ação buscou, segundo Magno et al (2017) mostrar que o uso do espaço é motivo de contestação e

conflito, e que ele comporta possibilidade de estabelecimentos de projetos de ordenamento territorial alternativos aos projetos hegemônicos.



Figura 2: Primeira mobilização contra a exploração de minério no distrito de Belisário, Muriaé-MG. Fonte: Disponível em: <http://paulorobertodaradio.com.br/site/?p=32729>. Acessado em 27 de abril de 2018.

Contudo, ainda que o processo de expansão seja uma possibilidade ainda não confirmada pela CBA, várias ações têm sido realizadas pela empresa em parceria com o Instituto Elos para preparar a comunidade para as discussões futuras. Conforme já mencionado, o discurso de fomento ao desenvolvimento posto pela empresa vem de encontro com o desejo de um futuro melhor, de mudanças que se apresentem como novas possibilidades de trabalho, de vida e de acessos que se

tornam possíveis com as investidas da empresa. Dessa forma, o que se observa é o atendimento das necessidades da comunidade como forma de convencimento e de aceitação, entretanto, um novo olhar sob a estratégia utilizada pela empresa tem sido destacado pelas comunidades, pois estas táticas não minimizam os impactos que virão com a chegada da mineração. Siqueira, do MAM, assim alerta pois,

O Instituto tem promovido diversas ações que vão desde show de talentos à mutirão para plantio de árvores com a intenção de vender a imagem de uma indústria mineral com compromisso social e respeito ao ambiente, omitindo as verdadeiras intenções da empresa e a reputação da CBA que é de sistemática violações de direitos dos territórios em que já saqueou minério na Zona da Mata. (<http://mamnacional.org.br/2017/06/25/cba-e-grupo-votorantim-atuam-para-enganar-comunidades-na-serra-do-brigadeiro/>).

Frente à essa necessidade de repensar a estratégia política e de fortalecimento do enfrentamento coletivo que a CRAM, em abril de 2017, realiza um intercâmbio com os atingidos por mineração de diversas regiões do país, a fim de proporcionar a troca de saberes, formação política e fomentar trabalhos de base. A ação contou com a participação de 80 atingidos que vieram de diversos estados e que durante cinco dias de encontros, conversas e vivências finalizaram com uma missa celebrada pela Diocese de Leopoldina do distrito de Belizário (Muriaé). Nessa missa foram abordados aspectos sociais, ambientais, culturais, econômicos e políticos da mineração na Zona da Mata mineira (MAGNO et al, 2017).

Ao mesmo tempo em que várias ações de aproximação com a comunidade vinham sendo realizadas revelando só aspectos positivos das ações realizadas uma outra ação se destaca negativamente com forte apelo a opressão às comunidades: a ameaça de morte sofrida pelo Frei Gilberto Teixeira, da Comunidade Franciscana Santa Maria dos Anjos, após uma assembleia de mobilização em Belizário. A ameaça, proferida por uma pessoa desconhecida e sem incorrer violência física, surtiu efeito sob aqueles que convivem com o Frei Gilberto revelando o clima de tensão que paira nas localidades. A priori não se pode conciliar este evento com a mineração, contudo, ao debruçar as leituras sob a trajetória de vida do Frei, percebe-se a dedicação investida na luta pela preservação da água e contra a mineração, utilizando dos espaços da igreja para mobilizar e informar as comunidades dos impactos futuros caso a expansão seja concretizada moldando assim a sua maior marca enquanto pessoa pública e formadora de opinião.

Com a ameaça, um novo destaque é dado ao enfrentamento à mineração no PESB. A luta ganha visibilidade nacional e a preocupação de diversos órgãos e instituições envolvidas com as questões ambientais e em vários meios de divulgação: sites, blogs e noticiários locais, estaduais e nacionais. Diante disso houve a necessidade de construir uma ação de caráter institucional que contou com o apoio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação e Cidadania



(SEDIPAC) para a inclusão do nome do frei no programa de proteção a defensores de direitos humanos do governo de Minas Gerais, em uma reunião no município de Belizário. Da ação foi realizada uma Audiência Pública Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) a fim de dar encaminhamentos às demandas da comunidade que temia pela segurança do frei e da comunidade (Figura 3). Para a reunião que aconteceu ainda no ano de 2017 foram convidados secretários de Estado, representantes da Polícia Civil, Ministério Público, autoridades locais, militantes de direitos humanos, além do próprio frei Gilberto Teixeira, que destacou em seu pronunciamento a preocupação com o meio ambiente e com a repercussão da luta contra mineração após a ameaça sofrida, o que de certa forma, tem trazido mais segurança à comunidade e ao movimento construído.



Figura 3: Audiência Pública acontecida em Belisário, ano de 2017.

Fonte: Disponível em: <http://silvanalves.com.br/site/2017/06/audiencia-publica-da-almg-nao-que-ro-que-belisario-seja-conhecido-pela-ameaca-e-sim-pela-beleza-diz-o-frei/>. Acessado em 25 de abril de 2018.

Neste ano de 2018, a CRAM com o apoio da igreja católica, tendo à frente a figura do Frei Gilberto, vem realizando ações de manutenção da resistência e de fortalecimento do movimento contra a expansão da mineração. Em março, a coincidência do Domingo de Ramos com o Dia da Água desenhou a oportunidade de realizar uma caminhada pelas águas. O Evento comandado pela Igreja Católica contou com a participação de vários moradores locais, deputados, entidades civis e movimentos populares (Figura 4). A tônica da caminhada tem sido a posição assumida em Belisário

de se opor radicalmente à entrada da mineração de bauxita na área de amortecimento do Parque Estadual Serra do Brigadeiro.



Figura 4: Caminhada pelas Águas ocorrida em Belisário, ano de 2018.

Fonte: Disponível em: <http://embelisariomg.blogspot.com.br/2018/03/a-caminhada-da-agua-2018-em-belisario.html>. Acessado em 25 de abril de 2018.

No entanto, em que pese à trajetória bem-sucedida de formação de um movimento nacional de atingido por mineração, somado ao sucesso da resistência à implantação do mineroduto, alcançada pela Campanha pelas Águas em Viçosa e Região, a luta contra a expansão da mineração no entorno do PESB continua, principalmente, após a visibilidade de cunho internacional que a tragédia-crime da SAMARCO, ocorrida na Bacia do rio Doce, município de Mariana – MG<sup>8</sup> ganhou a partir do ano de 2015 e que, de certa forma, deu fôlego para as organizações sociais contrárias ao projeto hegemônico de ordenamento territorial da mineração continuar suas atividades

---

8 O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da empresa Samarco, ocorrido em 2015, em Minas Gerais, é considerado uma das grandes e graves tragédias socioambientais do Brasil. Para Minas Gerais (2016) a lama proveniente do rompimento destruiu vilarejos, percorreu 663 km ao longo dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, chegando à sua foz, tendo afetado esse ecossistema, área de reprodução de várias espécies animais. Afetou, também, a vida de 35 municípios em Minas Gerais e quatro no Espírito Santo (ES), deixando cerca de 1,2 milhões de pessoas sem água. Passado mais de um ano da tragédia, a contaminação da água do rio Doce utilizada para consumo humano ainda apresenta risco. Várias espécies animais podem ter sido extintas, estimando-se em décadas o tempo para a recuperação das bacias hidrográficas atingidas.

de mobilização social e política. Em um cenário que remonta uma vasta área de mata atlântica com capacidade de extração mineral e uma conjuntura econômica que favorece e anseia por crescimento, o desafio para o movimento se faz cada vez mais presente visto as investidas da CBA à região com o propósito de abrir caminhos a expansão por meio da discussão a respeito das negociações com a população sinalizada como atingida.

É embalado nessa perspectiva de luta em prol da resistência à expansão das atividades minerais da CBA no TSB, da sua preservação e de seus ecossistemas que o enfrentamento impera a essa população, hoje atingida pela mineração, mas que em um momento anterior já viveu a luta vitoriosa pela demarcação da área do parque que os impunha o deslocamento compulsório.

Nesse sentido, o conflito ambiental instaurado pode ser considerado permanente e analisado a partir das proposições de Acsehrad (2004, p.26) pois o espaço é um recurso comum, porém exposto a distintos projetos e formas de apropriação material e simbólica. Eles são entendidos pelo autor como “(...) aqueles envolvendo grupos com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território” e que têm origem quando “(...) pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos”.

Para este mesmo autor, o conflito ambiental se origina quando a forma de sobrevivência de alguns grupos sociais no território é ameaçada por impactos indesejáveis causados pela ação de outros grupos sociais. Estes conflitos vêm a público a partir da ação da denúncia dessas atividades indesejáveis e se configura pela disputa de interesses entre esses atores sociais - quando fica nítido que a distribuição de poder entre eles e o respeito dos direitos de cada um é desigual, acarretando motivos de contestação e revoltas que não se dão apenas no âmbito material mais também no simbólico.

Esses conflitos são entendidos como a luta por justiça ambiental, na qual se expressam diferentes discursos de valoração do espaço geográfico. Zhouri e Laschefski (2010) argumentam que o espaço geográfico exprime as contradições do agenciamento espacial de atividades, em geral dos grandes projetos de desenvolvimento urbano-industriais, e das formas sociais e comunitárias de uso e apropriação dos recursos naturais. Assim, segundo estes autores, um dos desafios para as democracias contemporâneas, especialmente as da América Latina, seria o reconhecimento das diversas experiências possíveis com o espaço, o que remeteria, a pensar para além dos conflitos socioambientais: quais valores estão em jogo quando são discutidos os direitos de existência dos outros atores sociais? Para quem deve servir o meio ambiente? Onde fica o consenso e, onde fica a solução?

## Considerações Finais

A guisa das considerações finais, este trabalho teve como objetivo apresentar, por meio de discussões teóricas, a experiência empírica dos agricultores familiares que vivem no entorno do PESB. A realidade posta aponta para a existência de eixos de desenvolvimento econômico ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos que intensificam os conflitos socioambientais entre estes atores e a CBA. Ao longo do texto buscou-se apresentar o modelo de desenvolvimento brasileiro fortemente baseado na lógica produtivista com vista à internacionalização da economia brasileira e, os conflitos decorrentes das diferentes lógicas de uso e apropriação do espaço. É necessário que o país debata de forma mais consciente e democrática sobre qual modelo de progresso e desenvolvimento desejamos de forma a questionar à custa de quem estamos impondo o crescimento e a modernidade.

Pode-se dizer que, no caso aqui apresentado, a população atingida pela expansão da atividade minerária no entorno do PESB acredita em uma solução ambiental e socialmente justa e é essa perspectiva que move a mobilização de enfrentamento, reflexo de uma organização coletiva que perdura à época da constituição do parque e que se fortaleceu, para além do local, após a construção de uma resistência coletiva a nível regional junto a Campanha pelas Águas e contra o mineroduto da *Ferrous* e outras instituições envolvidas.

Desse modo, o processo político e espacial de enfrentamento à mineração e de construção de resistências bem-sucedidas nos mostram que o que está em questão não são somente características geográficas e/ou socioeconômicas que revelam particularidades do conflito de um determinado lugar, mas elementos políticos, geográficos, sociais, ambientais e culturais que refletem no sistema mineral Brasileiro e, de forma mais ampla, nos processos de empreendimentos de desenvolvimento econômico, os conflitos que hoje se imperam.

## Referências

ACSELRAD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.

ACSELRAD, H.; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das N. *O que é Justiça Ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO. *Nossa trajetória*. 2016. Disponível em: <http://60anoscba.com.br/>. Acessado em 15 de setembro de 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O Mito da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.



MAGNO, Lucas. *Espacialidade e Identidade Política dos Atingidos por Mineração no Brasil: Teorias, escalas e estratégias*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017. Tese (Doutorado em Geografia).

MARTINEZ Alier, J. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. **Relatório**: avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG. Belo Horizonte: Sedru; 2016. Disponível em: [http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor\\_assets/attachments/770/relatorio\\_final\\_ft\\_03\\_02\\_2016\\_15h5min.pdf](http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/770/relatorio_final_ft_03_02_2016_15h5min.pdf). Acessado em 21 de abril de 2018.

PASSINI, Isabela Leão Ponce; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco; FONSECA, Bruno Costa da. Mineroduto é Progresso? Conflito Socioambiental no município de Viçosa - MG. In: *ACTA Geográfica*. Boa Vista, v.7, n.15, mai./ago. de 2013. Disponível em: <http://www.posextensaorural.ufv.br/wp-content/uploads/2018/02/mineroduto-%C3%A9-progresso.pdf>. Acessado em 12 de abril de 2018.

SILVA, C. H. da. *Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): agricultura familiar e mineração de bauxita*. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)

SILVA, T. C. da. *Paisagem em conflito: um estudo de caso do processo de implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e seu impacto junto aos agricultores locais*. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2017. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania)

VIEGAS, Rodrigo N. Conflitos Ambientais e lutas materiais e simbólicas. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 19, p. 145-157, 2009. Editora UFPR.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimentos e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (Orgs). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 11-33.

ZHOURI, A. *et al* . O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 68, n. 3. 2016. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci_arttext). Acessado em 12 de novembro de 2017.

ZHOURI, et al. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.) *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p. 89-117.